

Fitotopônimos e zootopônimos na Amazônia: Os nomes indígenas de rios e igarapés em são domingos do Capim/PA

Jeconias Monteiro de Araújo

Especialista em Ciências Jurídicas

E-mail: jmda2018@gmail.com

Lattes: 0424259154296371

Orcid: 0009-0009-6942-1261

João Maciel Silva Rosa

Mestrando em Ações Antrópicas na Amazônia

Instituição: UFPA

E-mail: jmsrosa@live.com

Lattes: 1947220607043197

Orcid: 0009-0006-3582-4204

Odair Machado da Silva

Pós-graduação em Docência do Ensino Superior e Neuropsicologia

Instituição: PMPA

E-mail: odairsil85@gmail.com

Lattes: 3060050088993506

Orcid: 0009-0005-9863-9543

Werley Walderick Teixeira de Melo

Especialista em Direito Militar, Curso Mercados Ilícitos e Crime Organizado nas Américas

Instituição: USP

E-mail: werleysdc@yahoo.com.br

Lattes: 1091301034283544

Orcid: 0009-0000-9906-0617

Anderson Barbosa Barreto

Especialista em Direito Militar

Instituição: PMPA

E-mail: andersonz9@proton.me

Lattes: 3557278098309105

Orcid: 0009-0002-0680-1581

Joseneide dos Santos Souza

Pós graduação em Atendimento Educacional Especializado – AEE

E-mail: joseneidesouza88@gmail.com

Lattes: 5554188576275358

Orcid: 0009-0003-6167-5212

Rafaela Araújo Ferreira

Pós Graduação em Atendimento Educacional Especializado – AEE

E-mail: rafaelaferreira12042@gmail.com

Lattes: 8029717174135407

Orcid: 0009-0005-6748-944X

Rodrigo William Teixeira da Silva

Bacharel em Direito

Instituição: PMPA

E-mail: williamguardiao18@gmail.com

Orcid: 0009-0004-9394-7558

Lattes: 3895827752897969

RESUMO

O presente artigo analisa os hidrônimos de origem indígena do município de São Domingos do Capim, localizado na região nordeste do Pará, com ênfase nos nomes de rios e igarapés. Considerando que essas denominações são testemunhos históricos e culturais da relação entre o homem e o meio, buscou-se compreender a etimologia e a classificação taxonômica dos 23 topônimos identificados em material cartográfico. O estudo fundamenta-se nos princípios da toponímia propostos por Dick (1990), complementados por Sampaio (1987) e Tibiriçá (1984), e utiliza metodologia descritiva, com análise linguística e etimológica dos nomes. Os resultados indicam a predominância de fitotopônimos (39,1%) e zootopônimos (21,7%), evidenciando a forte influência da flora e da fauna amazônicas na nomeação dos acidentes hidrográficos. Conclui-se que os topônimos indígenas funcionam como fósseis linguísticos e culturais, preservando traços da língua tupi e da identidade ambiental da região.

Palavras-chave: Toponímia. Hidrônimos. Língua Tupi. São Domingos do Capim. Amazônia.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primeiros séculos da colonização portuguesa, a língua tupi ocupou lugar de destaque no território brasileiro, especialmente nas regiões litorâneas e, posteriormente, no interior do país. Muito antes da consolidação do português como língua dominante, o tupi foi amplamente utilizado como meio de comunicação entre povos indígenas e colonizadores, deixando marcas na formação cultural e linguística do Brasil. Embora hoje seja considerada uma língua extinta, seus vestígios permanecem vivos no cotidiano do brasileiro — nos nomes de frutas, animais, acidentes geográficos e nos topônimos que designam rios, igarapés e comunidades.

A toponímia, ramo da onomástica dedicado ao estudo dos nomes próprios de lugares, constitui um campo de investigação que revela não apenas aspectos linguísticos, mas também históricos, geográficos e culturais. O ato de nomear é, em si, um gesto de pertencimento e memória: ao atribuir um nome a um lugar, o homem registra sua relação simbólica com o meio e perpetua, por meio da linguagem, traços de sua visão de mundo. Nesse sentido, o topônimo indígena se apresenta como um verdadeiro fóssil linguístico, preservando o contato entre o homem amazônico e a natureza, entre a língua tupi e o português.

No município de São Domingos do Capim, localizado na região nordeste do Pará, essa relação entre linguagem e natureza manifesta-se de forma singular. A rede hidrográfica — composta por inúmeros rios e igarapés — tem papel central na vida social, econômica e cultural da população local. Os cursos d'água, além de funcionarem como vias de acesso e sustentação econômica, abrigam uma rica tradição linguística herdada dos povos indígenas que habitaram a região. Fenômenos naturais como a pororoca e a própria

toponímia dos rios e igarapés reforçam a íntima ligação entre o homem capinense e o ambiente fluvial amazônico.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar os hidrônimos de origem indígena do município de São Domingos do Capim, com foco na investigação de sua etimologia, estrutura linguística e classificação taxonômica, conforme o modelo proposto por Dick (1990). A pesquisa apoia-se ainda nos estudos de Theodoro Sampaio (1987) e Luiz Caldas Tibiriçá (1984), que contribuem para a compreensão das origens e transformações fonéticas dos termos tupis incorporados ao português.

A metodologia adotada fundamenta-se na coleta e análise de 23 topônimos registrados em materiais cartográficos oficiais, complementada por consultas a dicionários etimológicos e bibliografia especializada. A partir dessa análise, buscou-se identificar as categorias taxonômicas predominantes, com especial atenção às motivações toponímicas relacionadas à fauna e à flora regionais — elementos que, historicamente, orientaram o processo de nomeação dos acidentes hidrográficos amazônicos.

O estudo propõe, portanto, não apenas uma abordagem linguística, mas também cultural e simbólica dos nomes de rios e igarapés, reconhecendo-os como marcas da presença indígena e da memória ecológica do território. Com isso, pretende-se contribuir para a valorização da toponímia amazônica e para o fortalecimento do diálogo entre língua, cultura e meio ambiente — dimensões indissociáveis da identidade capinense e da identidade brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos toponímicos integram o campo da Onomástica, ramo da Linguística que se dedica à investigação dos nomes próprios, considerando não apenas seu significado, mas também suas origens e os processos históricos, sociais e culturais que motivam sua criação. A Onomástica subdivide-se em Antroponímia, voltada ao estudo dos nomes de pessoas, e Toponímia, que se ocupa dos nomes de lugares, rios e acidentes geográficos. Esta última mantém estreita relação com áreas como a História, a Geografia, a Antropologia e a Cartografia, pois o nome de um lugar é sempre o resultado da interação entre o homem e o meio, entre a língua e o território. Em São Domingos do Capim, a própria denominação do município traduz essa interação entre o elemento religioso e o natural. Segundo Benchimol (1995, p. 199, apud Andrade, 2016, p. 27):

“a denominação São Domingos do Capim tem sua origem na época dos colonizadores, missionários, que passaram a nomear as vilas, povoados e capitânias com nomes de santos e santos como seus padroeiros. Os padres adotaram uma maneira sincrética de nomeação, na qual o nome dos santos era seguido dos apelidos dos rios, e assim nasceu São Domingos do Capim”.

Esse processo ilustra a forma como a motivação toponímica articula o sagrado e o geográfico, o europeu e o indígena — dimensões que coexistem e definem a identidade linguística e cultural do território.

2.1 TOPÔNIMOS E MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA

A relação da Toponímia com as diversas áreas do conhecimento decorre da natureza do signo toponímico, que difere do signo linguístico convencional. Enquanto o signo, segundo Saussure, é arbitrário, o topônimo é motivado, ou seja, nasce de uma conexão simbólica entre o nome e o espaço nomeado. Dick (1990, p. 34) explica que:

“O elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ela designada.”

Assim, o topônimo reflete uma motivação geográfica, histórica, cultural ou simbólica, sendo resultado da percepção humana sobre o ambiente. Ele mantém, como afirma Dick (1990, p. 38), uma dimensão dupla: embora pertença ao código linguístico, carrega uma função de identificação concreta, tornando-se um signo de memória e pertencimento.

A investigação toponímica, portanto, busca compreender essa motivação, articulando saberes da História, da Geografia e da Antropologia. O estudo histórico permite resgatar denominações antigas e compreender transformações linguísticas; o geográfico revela aspectos físicos e ambientais que inspiraram a nomeação; e o antropológico interpreta crenças, valores e costumes que orientam a escolha do nome. Assim, o topônimo atua como um testemunho histórico, que conserva elementos de uma cultura e de um tempo, mesmo quando o espaço físico se transforma. Para Dick (1990, p. 22):

“Os topônimos são verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população (...). O topônimo é o instrumento dessa projeção temporal, reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.”

Dessa forma, estudar os nomes dos rios e igarapés de São Domingos do Capim significa revisitar a memória coletiva de uma região que se formou da confluência entre a natureza amazônica e a cultura indígena. Como afirma Andrade (2010, p. 99), “é por via da linguagem que as pessoas se comunicam, se expressam, transmitem suas crenças mais antigas, organizam e estruturam seu pensamento”.

Logo, o ato de nomear é um gesto de cultura — um modo de registrar, por meio da língua, a experiência humana com o território.

2.2 ESTUDOS TOPONÍMICOS NO BRASIL

Os estudos toponímicos no Brasil têm sua origem nas pesquisas sobre vocábulos de base tupi, conduzidas por estudiosos como Theodoro Sampaio, Lemos Barbosa e Armando Levy Cardoso. Em *O tupi na geografia nacional* (1987), Sampaio evidencia o predomínio da língua tupi na formação dos nomes de rios, serras e cidades, demonstrando como a convivência entre indígenas e colonizadores produziu uma rica

herança linguística que moldou a geografia brasileira.

Na década de 1930, com a criação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), os estudos sobre o tupi e a toponímia ganharam novo impulso. Pesquisadores como Plínio Ayrosa Galvão, autor de Estudos Tupinológicos (1967), e Carlos Drumond, autor da tese Notas gerais sobre a ocorrência da partícula *tyb* do tupi-guarani na toponímia brasileira (1944), foram fundamentais nesse processo.

Entretanto, a sistematização teórica da Toponímia no Brasil deve-se à professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, também da USP, cuja tese A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos (1980), publicada em 1990 sob o título “A motivação toponímica e a realidade brasileira”, consolidou os fundamentos metodológicos do campo. Dick propôs um modelo de classificação taxonômica amplamente utilizado em pesquisas posteriores, como o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins (ATITO), de Karylleila Andrade (2010), e o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), ambos estruturados a partir de sua metodologia.

Esses trabalhos estabeleceram uma base sólida para o estudo da toponímia brasileira, destacando o valor cultural e científico dos nomes de origem indígena como parte da formação identitária do país.

2.3 OS MODELOS TAXONÔMICOS DE DICK (1990)

A proposta taxonômica de Dick (1990) parte do princípio de que a formação dos topônimos resulta da confluência entre fatores intralinguísticos (estruturais) e extralinguísticos (culturais e ambientais). O nome próprio do lugar emerge dessa interação entre o denominador e o espaço, podendo se manifestar como elemento simples, composto ou híbrido, conforme os processos de formação lexical.

Com base nesses princípios, Dick elaborou um sistema de 27 categorias taxonômicas, divididas em dois grandes grupos: taxonomias de natureza física, que refletem características do ambiente natural (como rios, relevo, fauna e flora), e taxonomias de natureza antropocultural, associadas a aspectos humanos, sociais e simbólicos.

Entre as categorias físicas, destacam-se aquelas diretamente relacionadas ao presente estudo: Fitotopônimos, vinculados à vegetação; Zootopônimos, relacionados à fauna; Hidrotopônimos, que designam corpos d'água; e Dimensiotopônimos, que remetem ao tamanho dos acidentes geográficos.

Essas categorias são fundamentais para a análise dos topônimos de São Domingos do Capim, pois revelam a profunda conexão entre a linguagem e o ambiente amazônico. O predomínio de fitotopônimos e zootopônimos nos nomes de rios e igarapés evidencia como a natureza orienta o processo de nomeação, traduzindo a percepção sensível e simbólica do homem amazônico diante de sua paisagem.

Como observa Dick (1990), a predominância de determinados tipos de topônimos em uma região constitui um traço identitário do lugar. Assim, ao investigar os hidrônimos de São Domingos do Capim, é

possível compreender não apenas a estrutura linguística dos nomes, mas também as marcas culturais e ecológicas que moldaram a história e a linguagem da Amazônia.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente estudo estruturou-se em quatro etapas complementares: pesquisa bibliográfica, coleta de dados, organização dos dados e análise dos resultados. Esse percurso metodológico buscou assegurar rigor científico na investigação dos hidrônimos de origem indígena registrados no município de São Domingos do Capim, bem como fidelidade à proposta de compreender a relação entre língua, cultura e meio ambiente na Amazônia.

3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A primeira etapa consistiu na pesquisa bibliográfica, voltada à construção do arcabouço teórico que fundamenta a análise toponímica. Inicialmente, foram selecionadas obras de referência no campo da Onomástica e da Toponímia, com destaque para A motivação toponímica e a realidade brasileira, de Dick (1990). Essa obra, considerada marco teórico da toponímia no Brasil, apresenta os princípios e modelos taxonômicos que orientam a classificação dos topônimos conforme suas estruturas e motivações linguísticas.

Além do estudo de Dick, foram consultadas outras pesquisas que aplicam sua metodologia, entre elas o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins (ATITO), de Andrade (2010), cuja organização e tratamento dos dados serviram de referência para o presente trabalho. A autora reforça a importância de compreender o nome de lugar como signo de identidade e de memória cultural, estabelecendo um diálogo metodológico entre linguística, geografia e antropologia.

Complementarmente, recorreu-se a obras clássicas da tradição etimológica brasileira, indispensáveis à análise das origens indígenas dos topônimos. Entre elas, destacam-se: O Tupi na Geografia Nacional, de Theodoro Sampaio (1987); o Dicionário Tupi-Português, de Luiz Caldas Tibiriçá (1984); e o Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi, de Antônio Geraldo da Cunha (1982). Esses autores fornecem interpretações detalhadas sobre a formação e o significado dos vocábulos tupis incorporados à língua portuguesa, além de esclarecerem fenômenos fonéticos e morfológicos resultantes do contato linguístico entre indígenas e colonizadores.

Nos casos em que determinados termos não foram encontrados nos dicionários etimológicos, recorreu-se a estudos complementares que mencionam tais vocábulos em contextos botânicos e etnoecológicos, a exemplo de Ruiz e Alencar (2004), que analisam o comportamento fenológico da palmeira patauá (*Oenocarpus bataua*).

Por fim, a pesquisa bibliográfica contemplou obras históricas e documentais sobre o município de

São Domingos do Capim, com o objetivo de situar o corpus em seu contexto geográfico e cultural. Entre as fontes consultadas, destacam-se “Capim, sua história, contos e mitos”, de Rogério Pereira, e a “Grande Enciclopédia da Amazônia”, de Carlos Rocque, além de informações obtidas no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses materiais forneceram subsídios históricos sobre a formação administrativa do município, suas transformações territoriais e aspectos socioeconômicos que ajudam a compreender a dinâmica de ocupação e nomeação dos lugares.

3.2 COLETA DOS DADOS

Na segunda etapa, procedeu-se à coleta dos dados toponímicos. Essa fase teve como objetivo identificar e reunir os nomes de rios e igarapés de possível origem indígena registrados em materiais cartográficos oficiais e fontes locais. Foram analisados mapas representativos do território municipal, que contemplavam tanto a área urbana quanto a zona rural, permitindo a visualização detalhada dos principais acidentes hidrográficos da região.

Os mapas selecionados apresentavam a divisão territorial do município e a distribuição dos principais cursos d’água, entre eles o Rio Guamá e diversos igarapés menores, cuja denominação evidencia o contato histórico entre a língua portuguesa e o tupi. A partir desses registros, foi possível estabelecer um corpus inicial composto por 23 topônimos, que serviram de base para a etapa seguinte da pesquisa.

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Concluída a coleta, os dados foram organizados sistematicamente em uma listagem única. Inicialmente, foram incluídos todos os topônimos identificados nos mapas como potenciais de origem indígena. Em seguida, realizou-se uma triagem, com base na consulta aos dicionários etimológicos e obras linguísticas, para confirmar a procedência tupi de cada termo.

Os topônimos que não apresentaram correspondência etimológica ou cuja origem permaneceu inconclusiva foram excluídos do corpus final, a fim de manter a precisão científica da análise. Durante esse processo, observou-se a ocorrência de variações gráficas entre as fontes, como nos casos das formas “Bacury” (registrada por Sampaio, 1987) e “Bacuri” (Tibiriçá, 1984). Tais diferenças foram interpretadas como variantes históricas, resultantes da adaptação fonética e ortográfica do tupi ao português.

A lista final contemplou apenas os topônimos de origem comprovadamente indígena, organizados de acordo com sua natureza (rios ou igarapés) e prontos para a análise linguística e taxonômica.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A última etapa consistiu na análise linguística e taxonômica dos topônimos selecionados. Cada um foi examinado quanto à sua etimologia, classe gramatical, estrutura morfológica (simples, composta ou

híbrida) e classificação segundo as taxonomias propostas por Dick (1990).

Durante a análise, verificou-se a recorrência de determinados elementos léxicos de origem tupi, como o termo “igarapé”, amplamente difundido na Amazônia e presente em diversas formações nominais, a exemplo de Igarapé-Açu e Igarapé Bacuri. Para evitar repetições desnecessárias, a explicação etimológica desses elementos foi apresentada de forma unificada.

A análise permitiu observar que os nomes de rios e igarapés de São Domingos do Capim refletem uma profunda integração entre o homem e o ambiente natural. A predominância de fitotopônimos e zootopônimos confirma a importância simbólica da flora e da fauna na nomeação dos acidentes hidrográficos, evidenciando como a língua tupi, mesmo extinta como idioma vivo, continua exercendo papel central na construção da identidade linguística e ambiental amazônica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos 23 topônimos identificados no município de São Domingos do Capim evidencia a presença da língua tupi na configuração da paisagem linguística amazônica. Os nomes atribuídos a rios e igarapés preservam traços da fauna, da flora e das dimensões naturais do território, revelando um processo de nomeação fortemente motivado pela interação entre o homem e o meio ambiente.

De acordo com a classificação taxonômica proposta por Dick (1990), predominam, no corpus analisado, os fitotopônimos (39,1%) — nomes que remetem a elementos da vegetação — e os zootopônimos (21,7%), associados a animais. Também se registraram hidrotopônimos (17,3%) e dimensiutopônimos (8,6%), além de formações híbridas (13,3%), nas quais o português e o tupi se entrelaçam, refletindo o sincretismo linguístico característico da região amazônica.

Na maioria dos casos, observou-se a presença de dois elementos toponímicos combinados, que resultam em uma nova unidade de sentido, como ocorre em Igarapé-Açaiteua. A primeira parte, igarapé, conforme o Dicionário Tupi-Português de Tibiriçá (1984, p. 108), deriva de “yar-apé”, significando “o caminho da canoa” ou “canal natural que liga dois trechos de um mesmo rio”. Sampaio (1987, p. 247), por sua vez, apresenta a forma “ygara-apé”, atribuindo-lhe também o sentido de “furo ou braço de rio”. A segunda parte, “açaiteua”, resulta da união do lexema “açai” — fruto amplamente conhecido na região Norte — com o sufixo “tela”, que, segundo Tibiriçá (1984, p. 32), expressa a ideia de coletividade ou abundância, correspondendo, em algumas regiões, a variações sufixais como “tiba”, também associadas à noção de pluralidade. Assim, Igarapé-Açaiteua significa, etimologicamente, “rio do lugar abundante em açai”, representando uma composição de dois topônimos indígenas, em que um designa o elemento natural (curso d’água) e o outro indica a vegetação predominante.

Casos como esse demonstram que muitos nomes amazônicos resultam da fusão semântica de dois referentes — um de caráter geográfico e outro descritivo ou simbólico —, reforçando a função expressiva

e cultural da língua tupi na designação dos espaços naturais.

4.1 LISTA E ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM

A seguir, apresenta-se a lista dos 23 topônimos analisados, acompanhados de suas respectivas interpretações etimológicas, e classificação taxonômica conforme o modelo de Dick (1990):

Quadro 1 – lista de topônimos e suas interpretações etimológicas.

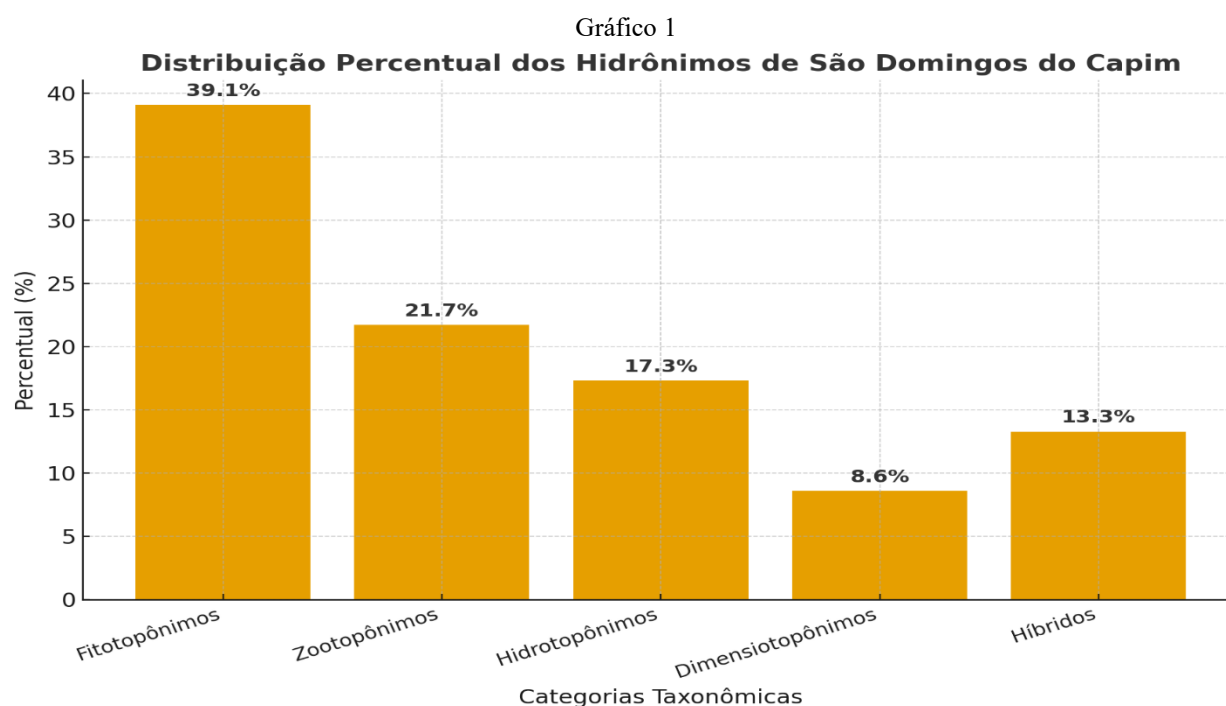
Nº	Topônimos	Etimologia e Análise	Classificação Taxonômica
1	Rio Guamá	Do tupi <i>Guamã</i> ou <i>Guam-an</i> , “o que devora” ou “o que come muito”. Nome associado à força das águas.	Hidrotópônimo
2	Rio Capim	Do tupi <i>ka'a-pi'i</i> , “erva pequena”. Refere-se à vegetação ribeirinha abundante.	Fitotópônimo
3	Igarapé-Açu	Do tupi <i>ygara</i> (canoa) + <i>pe</i> (caminho) + <i>açu</i> (grande): “grande caminho da canoa”.	Dimensiotópônimo
4	Igarapé Bacuri	Do tupi <i>mbakury</i> , nome de fruta típica amazônica (<i>Garcinia brasiliensis</i>).	Fitotópônimo
5	Igarapé Pataueteua	De <i>patauá</i> (palmeira <i>Oenocarpus bataua</i>) + sufixo locativo <i>teua</i> : “lugar do patauá”.	Fitotópônimo
6	Igarapé Jaboticacá	De <i>jaboticaba</i> , fruto do tupi <i>iapoti'kaba</i> : “fruta em botão”.	Fitotópônimo
7	Igarapé Açaiteua	De <i>açaí</i> (Euterpe oleracea) + <i>teua</i> (“lugar de”): “lugar de açaí”.	Fitotópônimo
8	Igarapé Tauari	Nome de árvore amazônica (<i>Couratari spp.</i>). Do tupi <i>tawari</i> ou <i>tawary</i> : “árvore resinosa”.	Fitotópônimo
9	Igarapé Japiim	De <i>japiim</i> , ave de canto (<i>Cacicus cela</i>), termo de origem tupi.	Zootópônimo
10	Igarapé Araranduba	Do tupi <i>arara</i> (ave) + <i>nduba</i> (dura): “madeira da arara”, referência a árvore de madeira firme.	Fitotópônimo
11	Igarapé Tucumanduba	De <i>tucumã</i> (palmeira) + <i>nduba</i> (dura): “madeira do tucumã”.	Fitotópônimo
12	Igarapé Ananim	De <i>ananim</i> , designação de árvore frutífera (<i>Virola surinamensis</i>).	Fitotópônimo
13	Igarapé Jurujuá	De <i>yuru</i> (boca) + <i>juá</i> (espinho): “boca espinhenta” ou “rio dos espinhos”.	Zootópônimo (metafórico)
14	Igarapé Uraim	De <i>ura</i> (peixe) + <i>im</i> (diminutivo): “peixinho” ou “rio pequeno de peixes”.	Zootópônimo
15	Igarapé Araticum	De <i>araticum</i> (fruto do cerrado, <i>Annona coriacea</i>), do tupi <i>aratiku</i> : “fruta mole”.	Fitotópônimo
16	Igarapé Itaboca	De <i>itá</i> (pedra) + <i>boca</i> : “pedra aberta” ou “abertura entre pedras”.	Litotópônimo
17	Igarapé Murumuru	De <i>murumuru</i> , palmeira (<i>Astrocaryum murumuru</i>) típica da Amazônia.	Fitotópônimo
18	Igarapé Piquiá	De <i>piquiá</i> (<i>Caryocar villosum</i>), árvore de fruto comestível e madeira densa.	Fitotópônimo
19	Igarapé Inajá	De <i>inajá</i> , palmeira (<i>Attalea maripa</i>), muito comum em várzeas amazônicas.	Fitotópônimo
20	Igarapé Maracujá	Do tupi <i>mara'kuya</i> : “fruta que se serve em cuia”.	Fitotópônimo
21	Igarapé Pirarucu	Do tupi <i>pirá</i> (peixe) + <i>urucum</i> (vermelho): “peixe vermelho” (<i>Arapaima gigas</i>).	Zootópônimo
22	Igarapé Araticum-	De <i>araticum</i> (fruta) + <i>miri</i> (pequeno): “pequeno araticum”.	Dimensiotópônimo

Nº	Topônimos	Etimologia e Análise	Classificação Taxonômica
	Miri		
23	Igarapé Taperebá	De <i>taperebá</i> , fruta amarela (<i>Spondias mombin</i>), do tupi <i>tapiriba</i> : “fruto do tapiri”.	Fitotopônimo

Fonte: Os Autores (2025)

4.2 RESULTADOS

Os dados analisados confirmam o predomínio de fitotopônimos entre os topônimos do município (39,1%), o que reforça o papel da vegetação como principal elemento de referência na nomeação dos cursos d’água. A abundância de árvores frutíferas e palmeiras — como o açaí, o bacuri, o tucumã e o murumuru — reflete o olhar sensível do habitante amazônico, cuja convivência íntima com a floresta molda sua linguagem e sua percepção do território.



Fonte: Os Autores (2025)

Os zootopônimos (21,7%) representam a segunda categoria mais recorrente, e revelam uma visão ecológica do espaço, em que os animais, sobretudo aves e peixes, servem de metáforas para identificar os cursos d’água. Já os hidrotopônimos (17,3%) expressam diretamente a natureza fluvial, enquanto os dimensiotopônimos (8,6%), como *Igarapé Açu* e *Araticum-Miri*, denotam noções de grandeza ou pequenez, mostrando a importância da dimensão física como critério de distinção entre rios e igarapés.

As formações híbridas (13,3%) — em que o tupi se combina ao português — revelam o sincretismo linguístico que caracteriza a história do contato entre culturas na Amazônia. Esses topônimos, longe de serem simples denominações, atuam como símbolos linguísticos da memória coletiva, perpetuando a

presença indígena na configuração identitária do território.

5 CONCLUSÃO

Os topônimos de origem indígena identificados no município de São Domingos do Capim reafirmam a concepção de que o nome de lugar constitui um fóssil histórico, preservando na linguagem fragmentos da memória coletiva, da paisagem e das relações culturais entre o homem e o ambiente. A análise demonstrou que há uma forte influência dos aspectos físicos e psicológicos do meio na escolha das denominações atribuídas aos rios e igarapés, o que faz da toponímia um importante instrumento de resgate e valorização do patrimônio cultural e linguístico amazônico.

A observação dos topônimos revelou a persistência da língua tupi como elemento estruturante do espaço geográfico e simbólico local. Topônimos como Igarapé Jaboticacá e Igarapé Açaiteua exemplificam a maneira como a fauna e a flora foram incorporadas à nomeação dos acidentes hidrográficos, funcionando como registros de um tempo e de um ecossistema específicos. Mesmo que a vegetação ou as espécies animais mencionadas desapareçam, seus nomes permanecem “cristalizados” na língua, perpetuando uma herança ecológica e cultural.

Assim como o arqueólogo reconstrói o passado a partir de vestígios materiais, o linguista e o estudioso da toponímia encontram nos nomes de lugares uma fonte privilegiada de conhecimento sobre os modos de vida, crenças e percepções de mundo de um povo. O topônimo, portanto, é um documento linguístico e histórico, capaz de conservar imagens de um cenário natural ou social que o tempo transformou, mas que sobrevive na palavra.

A análise evidenciou, ainda, a predominância de fitotopônimos (39,1%) e zootopônimos (21,7%), confirmando que a fauna e a flora amazônicas exerceram papel determinante na nomeação dos cursos d'água. Essa predominância demonstra a estreita relação entre a linguagem e a natureza, característica fundamental das sociedades amazônicas tradicionais. Além disso, o estudo identificou diversas formações híbridas, como Rio Capim e Igarapé São Bento, que revelam o sincretismo linguístico entre o tupi e o português, resultado do processo de colonização e da convivência entre culturas distintas.

Do ponto de vista linguístico, a pesquisa confirmou que muitos lexemas tupis são formados por composição, processo que agrega significados de forma sintética, como ocorre no vocábulo igarapé, derivado de ygara (“canoa”) + pe (“caminho”), significando “caminho da canoa”. Essa característica evidencia a riqueza semântica da língua tupi, na qual cada termo carrega uma densidade expressiva que ultrapassa o nível lexical, aproximando-se do sentido de uma frase.

Conclui-se que a análise dos nomes de rios e igarapés permite compreender não apenas o funcionamento linguístico dos topônimos, mas também a relação simbólica e afetiva entre o homem e o território amazônico. O topônimo é, nesse sentido, uma forma de resistência cultural, um vestígio da língua



tupi que sobrevive no tempo e continua a nomear a paisagem, reafirmando a presença viva dos povos originários na história e na identidade linguística do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, K. S. Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins – Projeto ATITO. 2006. 187 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CUNHA, A. G. Dicionário Histórico de Palavras de Origem Tupi. Prefácio- Estudo de Antônio Houaiss. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- FERMINO, Filipe Siqueira, RODRIGUES, Catarina Vaz. Toponímia Capixaba: Estudos dos Nomes de Municípios Capixabas de Origem Tupi. in: Revista Philologus, Ano 20, N° 58 – Supl.: Anais do VI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2014
- IBGE. São Domingos do Capim (PA) – Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-domingos-do-capim/panorama>>. Acesso em: 25 out. 2025.
- PEREIRA, Rogério. Capim, sua história, contos e mitos. Projeto: Resgate Cultural do Capim 1.ed. São Domingos do Capim: Cartopack Indústria Gráfica Ltda, 1998.
- ROCQUE, Carlos (org.). Grande Enciclopédia da Amazônia (6 vol.). Belém do Pará: Amazônia Editora Ltda, 1968.
- RUIZ, Roberto Rojas, ALENCAR, Jurandyr da Cruz. Comportamento fenológico da palmira patauá (*Oenocarpus bataua*) na reserva florestal de Adolpho Ducke, Manaus, Amazonas, Brasil. Manaus.in: Acta Amazônica, vol. 34(4) 2004: 553 – 558.
- SAMPAIO, Teodoro. O Tupi na Geografia Nacional. Introdução e notas de Frederico G. Edelweiss. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília, DF]: INL, 1987.
- TIBIRIÇÁ, Luís Caldas. Dicionário tupi-português: com esboço de gramática de tupi antigo. 2. ed. Santos: Traço, 1984.